

Sumário

Introdução	1
1. O Juiz imparcial e a busca da verdade na Justiça Penal negociada	7
1.1 A atuação judicial no curso da investigação	19
1.2. A divergência judicial do arquivamento.....	44
1.3 Do Direito Premial à Colaboração Premiada: noções gerais da participação do Juiz no Brasil e no Direito estrangeiro.....	55
1.3.1 Estados Unidos da América	59
1.3.2 Itália.....	63
1.3.3 Alemanha.....	70
1.3.4 Portugal.....	75
1.4 O consenso na forma de Colaboração Premiada: coexistência da imparcialidade e efetividade da justiça criminal	80
1.4.1 Conceito de Colaboração Premiada.....	86
1.4.2 Natureza Jurídica do instituto	88
1.4.3 Diferenciação.....	90
2. Dos sujeitos envolvidos na Colaboração Premiada: protagonismo das partes que transigem determinado pela lógica negocial e balizador da intervenção judicial.....	93
2.1 Da necessária equidistância do Juiz de Direito em relação às partes: da contenda à avença.....	99
2.2 A legitimidade exclusiva do Ministério Público para formalização de acordo de Colaboração Premiada como garantia da imparcialidade judicial	104

2.2.1 O Princípio da Legalidade/Obrigatoriedade da Ação Penal Pública como vetor viabilizador da negociação e limitador da atuação judicial.....	111
2.2.2 A legitimidade ativa na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.....	115
2.3 A Colaboração Premiada no Processo Penal brasileiro: direitos e deveres do Estado-acusação	121
2.3.1 Direito de obtenção da prova	123
2.3.2 Dever de fundamentação	126
2.3.3 Dever de registro	129
2.3.4 Dever de sigilo.....	131
2.3.5 Dever de informar	133
2.4 Direitos e deveres do colaborador na Lei nº 12.850/2013.....	135
2.4.1 Direito aos benefícios da avença.....	137
2.4.2 Direito à defesa técnica.....	138
2.4.3 Dever de veracidade	140
2.4.4 Dever de não resistência à pretensão punitiva ou de disponibilidade.....	141
2.4.5 Dever de boa-fé e lealdade.....	143
2.4.6 Dever de sigilo.....	145
2.5 A Colaboração Premiada como negócio jurídico processual e o Princípio da Confiança Legítima como seu suporte ético ...	147
3. Dos pressupostos, elementos, requisitos e da edificação do Acordo de Colaboração Premiada: critérios orientadores dos limites e definidores do espaço de controle judicial.....	153
3.1 Pressupostos de existência	158
3.2 Requisitos de validade	162

3.2.1	Voluntariedade.....	165
3.2.2	Informação na decisão do colaborador	171
3.2.3	Adequação/Exatidão do acordo: o lastro probatório mínimo que legitima a pactuação da avença de Colaboração Premiada	174
3.2.4	O objeto do acordo de Colaboração Premiada: as cláusulas lícitas e possíveis	177
3.3	Requisitos de eficácia: o papel do Juiz de Direito na homologação....	181
3.4	O posicionamento do Juiz no procedimento da Colaboração Premiada.....	188
3.4.1	Colaboração pré-processual	189
3.4.2	Colaboração processual	191
3.4.3	Colaboração pós-processual	194
4.	A atuação do Juiz sobre o acordo de Colaboração Premiada da Lei nº 12.850/2013.....	199
4.1	Os sistemas processuais: catalisação da imparcialidade do Juiz marcada pela hibridização.....	200
4.1.1	Sistema inquisitivo	203
4.1.2	Sistema acusatório	206
4.1.3	Sistema Adversarial	208
4.2	A Colaboração Premiada no sistema processual acusatório brasileiro: aspectos introdutórios à participação do Juiz no rito procedimental da Lei nº 12.850/2013	212
4.3	A impossibilidade de o Juiz oferecer o acordo de Colaboração Premiada	220

4.4 A impraticabilidade de atuação judicial sobre o conteúdo do acordo de Colaboração Premiada	231
4.5 O controle judicial da legalidade do acordo de Colaboração Premiada e seus efeitos.....	242
4.6 O controle judicial da efetividade do acordo de Colaboração Premiada e a aplicação da sanção premial	259
4.7 A atuação judicial nas hipóteses de desfazimento do Acordo de Colaboração	274
4.8 O papel fundamental do Juiz como garantidor de direitos na formação do acordo de Colaboração Premiada.....	283
Conclusão	293
Bibliografia	299